



ID: 102611415

Estado Novo

Nuno Estêvão: “Visão tradicional da Igreja assentava como uma luva ao regime”

Nuno Ribeiro

Paulo VI marcou distâncias com Salazar e Marcelo. Foi a Fátima sem vir a Lisboa e recebeu os líderes dos movimentos de libertação

Ainda antes das vigílias pela paz nos fins de 1968 e 1972, na Igreja de S. Domingos e na Capela do Rato, ambas em Lisboa, já alguns católicos tinham marcado na década de 60 do século passado o seu afastamento das políticas do Estado Novo então dirigido pelo presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar. Da carta ao ditador, que valeu o exílio ao bispo do Porto, ao Manifesto dos 101, assinado por diversas personalidades católicas. Eram sectores minoritários na Igreja que criticavam a postura cúmplice da hierarquia. A maioria manterá uma posição dissidente até à Revolução dos Cravos, em 25 de Abril de 1974. “A visão tradicional da Igreja assentava como uma luva ao regime”, considera, ao PÚBLICO, Nuno Estêvão Figueiredo, professor de Sociologia e membro do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica.

“Em 1958, a carta do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, era uma agenda para uma reunião que queria ter com António de Salazar. Na proximidade das eleições de Humberto Delgado, houve vários manifestos contra o regime e críticas à cobertura do *Novidades*, órgão da Igreja, que apoiava o candidato de Salazar, o almirante Américo Tomás”, acentua o especialista.

O cardeal Ferreira Gomes constituiu-se como voz dissonante na Igreja, com preocupações sociais desde o seu primeiro magistério. É ouvido entre os militantes da Acção Católica e os jovens das novas elites: mantinha contactos com católicos como António Alçada Baptista, Nuno Teotónio Pereira e Manuela Silva.

A partir de 1956, questiona, em conferências e homílias, a organização corporativa, a falta de liberdade de expressão e de associação, a exploração dos operários e a miséria rural. Salazar considera-o inimigo. O ditador exigiu a sua demissão, ameaçando romper a Concordata e o Acordo Missionário de 1940. Isolado e vilipendiado, o episcopado e os católicos afectos ao regime isolaram-no. Acabou por aceitar a “sugestão” do enviado do Vaticano e do ditador: férias fora do país. Partiu a 24 de Julho de 1959, mas o regresso foi barrado pela PIDE [a polícia política] na

fronteira. Reentrou na sua diocese a 5 de Julho de 1969, com a benevolência da denominada “Primavera Marcelista” no consulado de Marcelo Caetano. Viveu um exílio forçado de dez anos.

“Até 1968 são produzidos vários manifestos, como o de 1965, a título individual, o Manifesto dos 101, assinado por várias personalidades”, recorda Nuno Estêvão Figueiredo. Entre os signatários estavam António Alçada Baptista, Joel Hasse Ferreira, Aurora Murteira, Francisco Sousa Tavares, Gonçalo Ribeiro Telles, Helena Cidade Moura, João Bénard da Costa, José Carlos Megre, José Manuel Galvão Telles, Júlio de Castro Caldas, Lindley Cintra, Nuno Teotónio Pereira, Pedro Tamen, Ruy Belo, Sophia de Mello Breyner e Vítor Wen-gorovius.

Em ano de eleições presidenciais e legislativas, estas personalidades manifestam o seu apoio ao Manifesto das Condições da Oposição para ir às urnas. “Consideram os signatários, essencial à defesa dum ordem pública justa e digna, o respeito pelos fundamentais e inalienáveis direitos de cada homem”, apontam. “Em consequência, não podem deixar de se sentir solidários com a condenação de um poder que persegue os que dele discordam, dum polícia política que continua a reinar sobre toda a vida pública portuguesa, dum processo eleitoral sem dignidade

nem verdade”, acentuam.

Sem a ida às urnas de opositores, as listas da União Nacional (UN) obtiveram um resultado revelador da matriz totalitária do regime e de um imenso despudor. Nas presidenciais de 25 de Julho, Américo Tomás foi reeleito Presidente com 97,7%; nas legislativas de 7 de Novembro, a aprovação da UN foi de 100%...

Vigília de S. Domingos

Em finais de 1968 ocorre a vigília da Igreja de S. Domingos e, quatro anos depois, também no fim do ano, a da Capela do Rato. Ambas foram evocadas nesta quinta-feira. “Eram posições minoritárias no seio da Igreja, porque a hierarquia tinha bastante peso sobre as ideias e opções dos crentes”, assinala Estêvão Figueiredo.

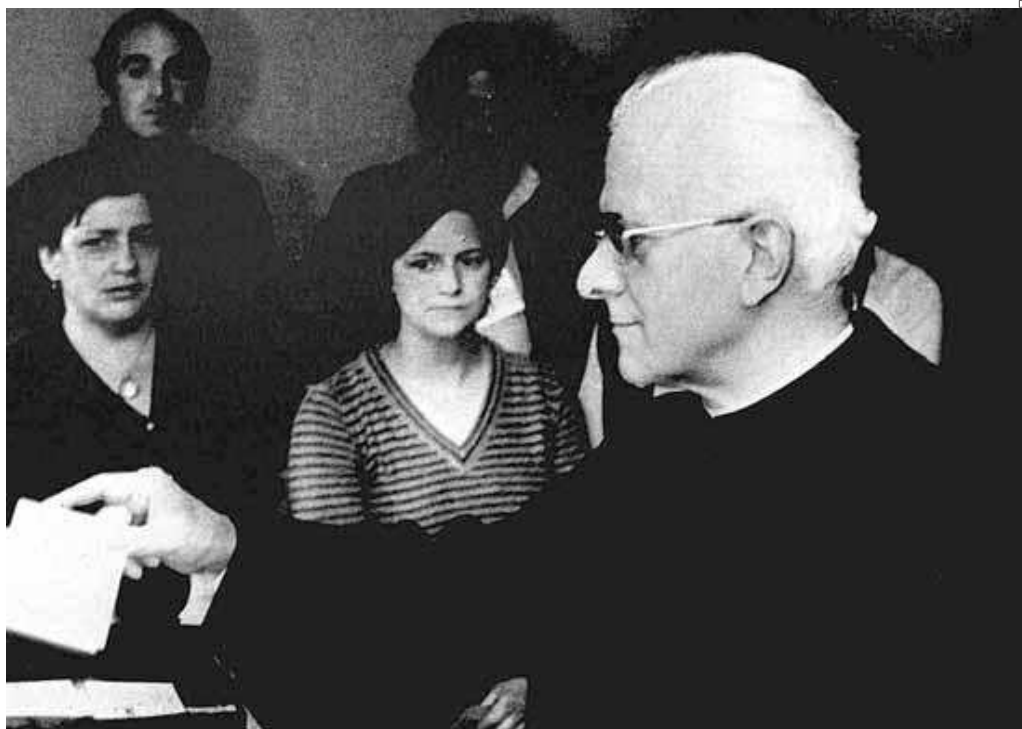
“Na República, em 1910 e 1911, a

Nas presidenciais de 25 de Julho, Américo Tomás foi reeleito Presidente com 97,7%; nas legislativas de 7 de Novembro, a aprovação da UN foi de 100%

Igreja não tinha personalidade jurídica, a possibilidade de um reconhecimento por parte do regime era o objectivo. O cardeal-patriarca Manuel Cerejeira era amigo de Salazar [ambos tinham sido membros do Centro Académico da Democracia Cristã, de Coimbra] e, os anos de 1933, com a aprovação da Constituição do Estado Novo, a 1940, com a Concordata, são de aproximação”, prossegue. “A visão tradicional da Igreja assentava como uma luva ao regime”, destaca.

Neste quadro não há distanciamento. A dissidência é posterior. “A Guerra Colonial é um marco de ruptura mas, mesmo assim, muito circunscrito. A guerra foi um passo em frente que alargou ligeiramente a contestação entre os católicos tal como na sociedade”, conclui Nuno Estêvão Figueiredo. Aliás, a 13 de Maio de 1967, Paulo VI visita Fátima sem passar por Lisboa, num gesto de distanciamento perante o regime e Oliveira Salazar.

E em 1 de Julho de 1970, com Marcelo Caetano no poder, aquele Papa recebe no Vaticano Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos, os líderes dos três movimentos nacionalistas da Guiné, Angola e Moçambique, por ocasião de uma conferência internacional, que teve lugar em Roma. Terá sido este o ponto mais baixo das relações entre a Igreja e o Estado.



D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, a votar em democracia